

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DO COMITÊ DE ESTATÍSTICAS SOCIAIS
REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2008

Aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e oito, às nove horas, no Salão Nobre do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, na Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 9º andar, na cidade de Brasília, realizou-se a reunião de instalação do Comitê de Estatísticas Sociais. A mesa foi composta pelos Senhor Presidente do IBGE, Dr. Eduardo Pereira Nunes, e pelos seguintes membros: Dr^a Adriana Mara Guedes Barbosa, representante suplente do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) no Grupo Executivo, Dr. Carlos Eduardo Moreno Sampaio, representante titular do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) no Grupo Executivo; Dr^a Diana Reiko Tutiya Oya Sawyer, representante titular do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) no Grupo Gestor; Dr. Elias Antônio Jorge, representante suplente do Ministério da Saúde (MS) no Comitê Gestor, Dr^a Elizabeth Belo Hypólito, representante suplente da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Grupo Executivo; Dr^a Fátima Valéria Ferreira de Souza, representante suplente do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) no Grupo Executivo; Dr. Herton Ellery Araújo, representante suplente da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) no Grupo Executivo; Dr. Léo Kessel, representante suplente do Ministério da Educação (MEC) no Comitê Gestor; Dr. Luiz Otávio PiresFarias, representante titular do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) no Grupo Executivo; Dr^a Márcia Maria de Melo Quintslr, representante titular do IBGE no Grupo Executivo; Dr. Márcio Andrade Monteiro, representante titular do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) no Grupo Executivo; Dr. Martim Ramos Cavalcanti, representante titular do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) no Comitê Gestor; Dr. Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha, representante titular do Ministério da Educação (MEC) no Grupo Gestor; Dr. Ricardo José Grossi Fabrino, representante titular do Ministério da Educação (MEC) no Grupo Executivo; Dr. Ricardo Vidal de Abreu, representante titular do Ministério da Saúde (MS) no Grupo Gestor e representante suplente do MS no Grupo Executivo; Dr. Roberto Wagner da Silva Rodrigues, representante titular do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) no Comitê Gestor; Dr^a Rosane de Mendonça Gomes, representante titular do Ministério da Saúde no Grupo Executivo e Dr^a Wasmália Socorro Barata Bivar, representante da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Comitê Gestor. O Dr. Eduardo Pereira Nunes, Presidente do IBGE, deu início à 1ª Reunião do Comitê de Estatísticas Sociais, lembrando que o mesmo foi criado pela Portaria Interministerial dos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Educação, da Saúde, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Extraordinário de Assuntos Estratégicos nº 424, de 6 de dezembro de 2007, e explicando que o Comitê é formado por dois subgrupos: o Comitê Gestor e o Grupo Executivo. Inicialmente, ele deu as boas vindas a todos os membros e propôs que cada membro se apresentasse, explicando a que subgrupo pertence, devido à importância de se conhecer a área de trabalho de cada um. Após as apresentações, o Dr. Eduardo Nunes, devido a alguns erros ocorridos na edição da portaria de nomeações dos membros do Comitê, se comprometeu em providenciar as correções, para que na próxima reunião tenhamos a composição atualizada. O Dr. Eduardo mencionou que o grupo é bastante expressivo, com representantes de áreas que não são só usuários, mas também produtores de informações sociais do país. Esclareceu que não é exclusivamente o IBGE a Instituição que produz informações na área social, e que na área de saúde, da educação e do MDS, temos outras informações e registros administrativos produzidos por outros organismos públicos. O Dr. Eduardo crê que um dos papéis que caberá a este Comitê é o de coordenação, para sabermos o que já fazemos e para onde queremos caminhar. Há necessidade de definição das atribuições do Comitê Gestor e do Grupo

Executivo. O Dr. Eduardo Nunes propôs a realização de uma reunião deste Comitê a cada ano, para que seja feita uma avaliação do andamento do trabalho do ano anterior e também uma discussão das propostas apresentadas para o programa de trabalho para os anos seguintes, e principalmente, para o ano seguinte. E que caberia ao Grupo Executivo a responsabilidade de levar adiante as atribuições estabelecidas pelo Comitê Gestor para o período seguinte. O Dr. Eduardo Nunes deu ênfase ao comentário do Prof. Elias Jorge, do MS, de que o titular do Comitê Gestor é suplente no Grupo Executivo, e isso facilita muito a comunicação entre os membros do grupo, e é importante para a continuidade do processo de trabalho. O Dr. Eduardo Nunes propôs iniciarmos o próximo ano realizando uma reunião de avaliação do estado atual das artes no que diz respeito à produção de estatísticas sociais do nosso país, quais são as lacunas ainda não preenchidas e quais são as expectativas, quais são as virtudes e quais são as falhas e principalmente quem faz o quê. Há necessidade de sabermos em que estágio está a produção de estatísticas sociais, e que referência utilizaremos, para sabermos se estamos avançados, se há lacunas ou se estamos atrasados, no âmbito internacional. O Dr. Eduardo comentou que as Nações Unidas realiza a cada ano, no final de fevereiro ou início de março, uma reunião com todos os institutos de estatísticas, todas as organizações internacionais produtoras de informações e todos os órgãos não necessariamente um instituto de estatística, produtores de informações de estatísticas, tanto na área social, como também na econômica e na área demográfica. E durante uma semana é feita uma avaliação do desenvolvimento das estatísticas no cenário internacional e são apresentadas as recomendações e identificadas as demandas. Então os membros do Comitê podem começar o ano no Brasil, fazendo uma reflexão sobre o nosso estado, e uma análise de quais seriam nossas necessidades para implementação daquelas recomendações; é claro, levando em consideração os nossos recursos disponíveis e as nossas prioridades; assim o Comitê Gestor encontraria um espaço para trabalhar, apresentando as suas recomendações para os próximos meses ou anos, cabendo ao Grupo Executivo as ações necessárias para a execução daquele conjunto de recomendações apresentadas. Para fazermos uma análise do estágio atual no nível internacional, há necessidade de termos um momento zero, assim cada instituição ou ministério poderá relatar o seu programa de trabalho de produção de estatística e de registros administrativos existentes. O Dr. Eduardo salientou que embora o Comitê Gestor e o Grupo Executivo tenham a composição atual, as reuniões não precisam necessariamente ser feitas exclusivamente com os representantes dos Comitês, pois haverá outras áreas, dentro do nosso país, produzindo informações do nosso interesse e tendo em vista isso, outros órgãos poderão ser convidados para participar das reuniões, e o próprio Comitê Gestor poderá fazer um estudo sobre a ampliação desse Comitê. O Dr. Eduardo propôs uma 2ª reunião do Comitê para o 1º semestre de 2009, mas salientando que gostaria de ouvir, a partir da participação de todos os membros, outras sugestões e recomendações, para que o grupo tenha condições de amadurecer melhor a forma de condução do trabalho do Comitê de Estatísticas Sociais do nosso país; e concluindo a intervenção, o Dr. Eduardo agradeceu o interesse e a participação de cada um dos membros, e deu a todos, novamente, as boas vindas, e disse ter certeza de que estão todos constituindo um grupo de trabalho que pode representar um marco importante na forma de gerenciamento das estatísticas públicas no nosso país. Em seguida passou a palavra para a Dr.^a Wasmália Bivar, Diretora de Pesquisas do IBGE. O Dr. Ricardo José Fabrino, Representante do MEC, entrevistou, esclarecendo que houve uma inversão nas posições dos representantes do MEC e INEP, na publicação da Portaria de nomeações dos membros do Comitê de Estatísticas Sociais. O que necessita de correção. A Dra. Wasmália, Diretora de Pesquisas do IBGE, tomou a palavra explicando que todas as correções na Portaria serão efetuadas. Em seguida, explicou que a idéia da criação desse Comitê surgiu dentro de um projeto do HD-TAL (*Human Development Technical Assistance Loan*) do qual fazem parte o IBGE, o MEC e o MS, e inicialmente iria fazer parte também o MDS, mas que o MDS já tinha outro projeto com o Banco Mundial, o que impediu que o mesmo participasse, mas havia um comprometimento de que na hora da formação do Comitê, o MDS participaria; e assim foi feito. O Comitê surgiu, porque a idéia desse projeto do Banco

Mundial era justamente que se pudesse, a partir desse financiamento, aprimorar o conjunto de estatísticas no país. A maior parte dos recursos foram aportados para a realização da POF, cujo término da coleta está prevista para abril/2009, mas o projeto do Banco Mundial tinha outros subcomponentes, sendo a criação deste Comitê um deles; e também o planejamento do que hoje o IBGE passou a chamar de Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD). Saiu, também, a criação de uma pesquisa nacional de força de trabalho, que hoje está sendo chamada de contínua – PNAD-Contínua. Segundo a Dr^a Wasmália, a idéia era de se ter um Comitê, que pudesse organizar as demandas, para que, após a implantação do novo sistema, o IBGE pudesse, ao longo do ano, fazer um número grande de pesquisas suplementares. Após um amadurecimento dessa idéia original, o IBGE, na verdade está propondo que se faça uma rede que possa de fato coordenar as estatísticas sociais do país. Prosseguindo, a Dra. Wasmália citou como experiência a conta satélite, que foi demandada pelo MS. E como o IBGE não dispunha de todas as informações necessárias, as quais são produzidas pelos outros órgãos, foi criado um comitê com uma engenharia muito parecida com a do Comitê de Estatísticas Sociais, que reúne todos os órgãos da área da saúde - o próprio Ministério, a INS, a FIOCRUZ, etc - e o IPEA. E apenas três anos depois, pois estatística é de alto custo e longa maturação, foi apresentado um produto, que o Ricardo Vidal, do MS, sugeriu que se traduzisse para o inglês, porque é um bom produto para divulgação. Resumindo o IBGE entrou com o seu conhecimento de fazer a Conta Satélite, pois sabe fazer bem Contas Nacionais, e os outros órgãos produziram as informações necessárias, que foram organizadas e sistematizadas. Enfim, o IBGE levantou as demandas e todos os órgãos colocaram em suas agendas a produção das informações que estavam faltando. Prosseguindo a Dra. Wasmália sugeriu que haja envolvimento de outras áreas setoriais do governo federal, além do MEC, MS e MDS, pois uma demanda setorial, pode vir a ser interesse de outros órgãos, por exemplo, a pesquisa PENSE, do IBGE, com parceria com o MS e o apoio do MEC, poderá ser interesse do MDS, do Ministério do Esporte, pois ela é uma pesquisa nacional da escola, que vai coletar informações dos adolescentes da 8^a série, sobre os hábitos alimentares, os exercícios físicos, consumo de drogas, fumo, álcool, práticas sexuais, etc. Assim é importante termos um fórum como o do Comitê de Estatísticas Sociais, para que haja uma otimização das demandas, e onde se possa cruzar os interesses comuns em um único levantamento. A Dra. Wasmália comentou que o uso das informações, já citado pelo Prof. Elias Jorge, a sua capacidade analítica poderia ser potencializada, a tal modo que eles fossem capazes de cruzar as informações, integrá-las e que hoje, conforme conversa com a Dra. Diana Sawyer, do MDS, já existe metodologia estatística para se fazer linkagem de dados. Existem também técnicos que podem de fato melhorar, aperfeiçoar e ampliar o conjunto de informações que o país tem. A Dra. Wasmália comentou que os organismos internacionais ficam impressionados com a riqueza de informações que o Brasil tem, não só de produção de informações, mas também de registros administrativos. A Dra. Wasmália comentou que o Dr. Eduardo Nunes, Presidente do IBGE, fez uma apresentação sobre o que vai ser a base territorial para o censo demográfico de 2010. Antes a base territorial era meramente operacional para o IBGE e para todos aqueles que queriam fazer pesquisa; hoje o IBGE trabalha com a base territorial integrada a imagens orbitais e ao cadastro de endereços, portanto uma base mais interativa. O IBGE está criando um projeto de referenciamento, está levantando as características do entorno das áreas urbanas, por exemplo, a questão do lixo, da iluminação pública, do escoamento de água, etc. Imagine se ligarmos esta base à base de cada um dos órgãos aqui presentes, imaginem todas estas informações agrupadas. Então este trabalho é como a conta satélite do MS, o IBGE nunca faria sozinho. As pessoas falam muito da falta de informações, é o paradoxo da abundância e da escassez; o Brasil é conhecido como o país que dispõe de muitas informações, e talvez se passarmos a usá-las de forma mais integrada, poderemos de fato avançar e preencher diversas lacunas. Então para uma primeira discussão, devemos ver se os objetivos são estes mesmos, porque no âmbito desse projeto ficou o IBGE encarregado de criar este Comitê, e caberia aos membros trazerem uma proposta. De acordo com a Dra. Wasmália, ficam as seguintes indagações: os objetivos são estes mesmos? Estão todos de acordo? Segundo

ela, este Comitê pode se reunir anualmente, e já se pode marcar uma reunião extraordinária para que todos tragam os seus projetos, para se começar a definir as demandas. E pode-se também olhar quais são as recomendações internacionais, porque elas norteiam o trabalho, quais são as demandas internas, e assim o Comitê Executivo já passa a ter a sua primeira atribuição, que é organização e a preparação desse material e da forma mais integrada possível. Finalizando, a Dra. Wasmália disse querer ouvir a avaliação dos membros do Comitê. Com a palavra, o Dr. Elias Jorge, representante do MS, disse ter achado interessante a idéia de que esse Comitê possa evoluir para um fórum, e sugere uma reunião extraordinária, onde os membros possam ter uma visão geral das estatísticas sociais, por exemplo, do MEC, do MDS, etc. Num primeiro momento, a idéia é de que este Comitê venha a ser um explicitador daquilo que já vem sendo feito, para que a partir disso, todos os membros passem a ter uma visão do outro; uma reunião para que as pessoas saiam de dentro da sua ótica e comecem a ver a ótica do outro. Então sugeriu uma primeira rodada, com o MEC, MS, MDS, o IPEA, como usuário, o MPOG, e a própria produção do IBGE. Esta primeira rodada poderá ser aberta a convidados, para uma visão mais geral ainda, e a partir daí, tentamos trabalhar numa linha de articulação daquilo que já vem sendo produzido. Sua opinião é de que deveremos abrir para uma exposição, mas não imediatamente para o conjunto de demandas. Com a palavra, a Dra. Wasmália achou que uma boa maneira de se começar, será uniformizando a produção corrente de cada área, incluindo o que já virou estatística, o que não virou, mas já tem um projeto para se transformar e o IBGE traria a sua produção corrente e os seus projetos para a próxima década. O Dr. Martim Ramos Cavalcanti, do MPOG, interveio, achando esta uma boa proposição: trazer tudo o que já é produzido e o que está em vias de ser produzido, e como a Dra. Wasmália já falou, uma pesquisa é de longo maturação, para que seja iniciada a coleta, se leva 3, 4 ou mais anos em desenvolvimento. É necessário se ter em mente, também, que o teste da PNAD Contínua é para 2011, então que a definição do que fará parte da PNAD, deverá estar definida até 2010, mas é o IBGE quem sabe realmente o prazo necessário. Solicitando a palavra, a Dra. Diana Sawyer crê que devemos planejar o trabalho no Grupo Gestor, a curto e a médio prazo, e que essa idéia de saber o que cada instituição está produzindo é uma ótima idéia, mas que se deve pensar nas demandas sim, ela crê que não é uma demanda organizada ao IBGE, mas é uma demanda organizada entre os órgãos participantes do Comitê de Estatísticas Sociais. O MEC está com o Censo Individual. Há formas de se identificar nesse censo os beneficiários do bolsa família, os beneficiários do BBC que são também os beneficiários da transferência de renda, o que pode ser associado aos programas de avaliação de performance das escolas, o que já vem sendo discutido com o MEC, o que parece ser muito simples, mas até agora não foi possível. Assim crê que se pode ver o que articular já entre os três ministérios na nossa base de dados, para termos uma produção de estatística integrada; podemos também até pensar na nossa demanda dirigida para ao sistema integrado de pesquisas domiciliares. Com a palavra, a Dra. Wasmália comentou que com a integração, as demandas tendem a crescer muito. Citou como exemplo a demanda do MS para que todos os dados do SUS sejam cruzados com os do Registro Civil. Mas as duas áreas vivem “em cheque” e uma maneira de integração seria esta: o SUS e o IBGE trabalhem juntos, para conhecer como as duas bases se falam, explicar as eventuais diferenças, para que ambas possam ir se aperfeiçoando. O IBGE tem a história do sigilo, mas nada impede que IBGE possa sistematizar isso e informar. A Dra. Wasmália afirmou que o IBGE apóia a proposta de cruzamento. Com a palavra, o Dr. Herton Ellery concordou com o Dr. Elias Jorge e informou que há uns 3 ou 4 anos, fez um trabalho na Esplanada dos Ministérios, levantando a produção de cada um deles. E sugeriu, que se formos fazer uma reunião extraordinária, que o Ministério da Previdência Social (MPAS) seja convidado, pois o CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais tem muitas informações estatísticas, e quem está tentando fazer a articulação é o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Não acha que o MPAS e o MTE precisem fazer parte do Comitê Gestor, mas como o Dr. Eduardo Nunes colocou, ambos poderão ser convidados, para que possam mostrar o que produzem, e como eles tentam fazer a junção de dados. A Dra. Wasmália entrevistou, dizendo que futuramente, ambos poderão ser

convidados para fazerem parte do Comitê. Acrescentou que como o Comitê foi criado no âmbito do HD-TAL, o objetivo era muito restrito e que o IBGE está tentando encaminhar para que ele tenha um objetivo mais amplo. O Dr. Roberto Wagner, do MDS, pediu a palavra, e o Dr. Eduardo Nunes pediu para que ele se apresentasse. Ele é representante do MDS, da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, no Comitê Gestor. O Dr. Roberto Wagner acredita que o Comitê pode ser o ponto de partida, para se melhorar muito essa questão de integração de dados. A ação sempre tem sido cruzar dado com dado, e isso é interessante porque normalmente o que se faz é tentar padronizar as estruturas de dados, para se saber o que cruzar com o que. Este Comitê pode ser um fórum de discussão de protocolo de troca de informações, e registrar a estrutura de dados que um banco de dados tem. Isso ajuda muito porque normalmente não se sabe a complexidade do banco de dados. Então, antes de se efetuar o cruzamento, deveria ser feito a padronização, se ter um registro de estruturas que interessem uns aos outros, para depois se fazer o cruzamento. Também não há no Brasil uma legislação que ampare a troca de dados. Então o Comitê pode construir nessa relação, um conhecimento maior das estruturas de dados que interessem uns aos outros, para cruzar, catalogar essa estrutura de dados e saber qual a natureza da variável. O Dr. Roberto Wagner vê uma oportunidade enorme de se articular essa questão. Com a palavra, a Dra. Wasmália concordou que há carência de legislação na área de informações, e que isso poderá ser uma das propostas. Informou que o IBGE está trabalhando em um banco de metadados, a ser colocado na internet, com todas as informações, toda a produção corrente comentada, o que facilitará a vida do usuário e uma proposta poderia ser a de que se criasse metadados para todas as informações das estatísticas do país, pois assim os usuários entenderiam o que está ali, como está, como recuperar e o que significa. Com a palavra, o Dr. Paulo Rocha informou que o *Human Development Technical Assistance Loan - HD-Tal* é o empréstimo de assistência técnica vinculada a um empréstimo maior do governo brasileiro, que já havia sido negociado pelo governo anterior, que visava oferecer recursos para as reservas do Brasil, mediante compromisso do governo em não cortar recursos, com a crise financeira do governo Fernando Henrique Cardoso, do setor do desenvolvimento humano, no corte oferecido pelo próprio Banco Mundial. É claro que com a implantação das políticas públicas do governo Lula na área social, este debate se perde, primeiro, pelo aumento vertiginoso do financiamento do desenvolvimento social da educação, da saúde, principalmente a saúde vinculada dentro de uma legislação específica e, por outro lado, o próprio debate do governo brasileiro com o Banco Mundial se enfraquece, seja por razões de cunho ideológico, que o governo tem políticas sociais diferentes daquelas encomendadas pelo Banco Mundial, a exemplo da privatização do ensino superior e da prioridade no âmbito da educação básica e que as políticas do governo Lula rejeitam que a educação seja sistematicamente essa visão setorial, excludente, de que nós vamos resolver o problema da educação brasileira diminuindo o financiamento do ensino superior público federal e focando na educação básica, até porque pela estrutura do financiamento da vinculação educacional brasileira não se pode fechar todas as universidades brasileiras e transferir para a educação básica. Isso não vai aumentar mais do que 2% ou 3% o percentual de financiamento sobre o PIB em relação à educação básica, então não tem significado, do ponto de vista financeiro, orçamentário, e inclusive, seja por outras razões, tendo em vista que o governo brasileiro não depende mais desse tipo de empréstimo para a composição de suas reservas internacionais como dependia ao longo do governo do Fernando Henrique Cardoso. Então foi positiva a iniciativa do Banco Mundial, em nome do HD-TAL, a instalação do Comitê aponta para tanto. Havia uma preocupação do Banco Mundial com a criação de estruturas no âmbito do governo brasileiro para a mensuração de efetividade das políticas desenvolvidas. Havia um norte de que não se contava com um bom sistema de avaliação para o impacto das políticas públicas sociais desenvolvidas no Brasil, com um foco de que diz respeito ao HD-TAL a esse conceito de setor de desenvolvimento humano que abarcaria as áreas de desenvolvimento social, saúde e educação, o que explica a ausência dos outros setores que possuem estatísticas sociais, deste Comitê. Este é o primeiro aspecto, e já propondo um encaminhamento, é importantíssimo que este Comitê se institucionalize, precisando contar com

regras, com documentos sistematizados no que diz respeito às reuniões, no que diz respeito àquilo que é decidido, no que se diz respeito àquilo que é atribuição do Comitê. É preciso trazer essa documentação para socializar e discutir, e obviamente em primeira reunião, é importante “quebrar o gelo”, mas não se pode ficar pensando em boas idéias, tem-se que partir para a documentação dessas idéias e colocá-las em termos de diretrizes e programa de trabalho, que são as duas primeiras funções do Comitê Gestor para começar a orientar as atividades. Algumas propostas foram colocadas nesse sentido na prática do Grupo Executivo. É preciso iniciar este processo de tomada de decisão. Prosseguindo, o Dr. Paulo Rocha comentou a experiência com relação às negociações internacionais do MERCOSUL educacional. Todos os documentos pactuados em relação às intenções do grupo, especificamente com relação ao caso do MEC, que as regras do setor educacional e do funcionamento do fundo educacional do MERCOSUL foram negociadas em reuniões internacionais; que após a construção do regimento do fundo educacional do MERCOSUL, o mesmo foi encaminhado ao Comitê regional, o qual encaminhou ao setor educacional do MERCOSUL, que é a reunião dos ministros e daí vai à decisão dos países, e os países tomam a decisão e implementa-se. Então para que as propostas de médio e longo prazo possam se concretizar, é importante também que o grupo tenha a preocupação com a institucionalidade desse Comitê e a transferência das propostas da discussão em documentos efetivos de trabalho, que apontem para a continuidade das atividades, seja nas diretrizes, seja no plano, seja nas atividades do Comitê Gestor e posteriormente essas atividades e demais atribuições do Comitê Executivo, quais sejam acompanhar, apoiar e facilitar a atribuição do Comitê Gestor com relação ao Grupo Executivo. Depois de diretrizes e programas, apoiar, facilitar e acompanhar os trabalhos realizados pelo Grupo Executivo e discutir os resultados e viabilizar formas de disseminação do trabalho do Comitê de Estatísticas Sociais. O Dr. Paulo Rocha sugeriu uma página específica do Comitê, se possível, no sítio do IBGE, com as documentações, as atas das reuniões, com documentos produzidos pelo Comitê, a proposta de padronização de documentos e todos os dados existentes em cada Ministério através de METADADOS. Temos que viabilizar o Comitê como instituição de Estado e não de Governo. Com a palavra, o Dr. Eduardo Nunes observou que, com o merecido orgulho, o Brasil é um país, que já produz informações em quantidade e qualidade muito grande, e o que há necessidade de ser feito, dado que a informação existe, é como interpretá-la, como explorá-la e transformá-la em ferramenta para tomada de decisão, em relação ao futuro e a variação das demais tomadas de decisão do próprio passado. A presença do representante do MPOG, também não é de novo o IBGE não como membro do MPOG, mas o próprio MPOG com a sua representação da Assessoria de Política Econômica, que não analisa só a política econômica, mas também as políticas sociais, tem exatamente, também, essa finalidade: entender o que se passa. Esse passo foi dado, a constituição desse grupo está feita, e há necessidade de se definir os próximos passos, para se levar adiante esse projeto, mas de uma forma bastante otimista, no sentido de que o grupo tem tudo para fazer isso e as pessoas estão comprometidas com esse propósito. O Dr. Eduardo tem certeza de que o que o grupo precisaria fazer não é um esforço muito grande, do ponto de vista gerencial, administrativo, e até burocrático para concretizar este trabalho. Ele acredita que o grupo caminhará muito bem e nesse sentido, ele é mais otimista do que o Dr. Paulo Rocha na primeira intervenção. A palavra foi dada ao Dr. Márcio Andrade, que compactua um pouco com a visão do Dr. Paulo Rocha, mas sempre procurando ser otimista. Para que o Comitê funcione efetivamente, é fundamental a questão da normatização, como vai ser traduzido todo este trabalho, do ponto de vista das normativas necessárias, para que diversos ministérios e unidades envolvidas possam realmente agir e conseguir operacionalizar tudo o que é decidido. O Dr. Márcio Andrade coloca que teve várias experiências de participação em Comitês e infelizmente todas elas negativas, em parte porque as respostas das decisões tomadas não são imediatas, são a médio prazo, e há muita rotatividade das pessoas dentro de suas diretorias, o que não acontece com o IBGE, mas é uma realidade na Esplanada dos Ministérios. Também há o problema de as rotinas de trabalho serem muito intensas, e muitas vezes as pessoas não conseguem focar sobre aquilo que é discutido

nos comitês ou grupo, assim tudo acaba se perdendo ao longo do tempo. E também ocorrem mudanças de gestão, a atual gestão já tem outras prioridades. Como o Paulo Rocha já citou. Então, o Dr. Márcio Andrade acredita que o Comitê Gestor tem que criar mecanismos para que se aja na institucionalização, para que quando ocorrer mudanças, as pessoas que vierem possam assumir na lógica de ação de estado e não de governo, que por sinal mudará daqui a dois anos. Com a palavra, o Dr. Elias Jorge disse ser fã do Dr. Paulo Rocha, e que embora o Dr. Eduardo Nunes tenha lido a intervenção do Dr. Paulo Rocha com pessimismo, ele apresentou algumas “fraternas” divergências, como o caso do MERCOSUL, pois ele acredita não ter nada mais anti-operacional do que as comissões do MERCOSUL, por causa da necessidade de mudança das coordenações a cada seis meses. Ele acha que não tem nada de operacional, o fato de se ter a ata assinada pelos Ministros e pelos representantes, isso é importante, mas não basta ter a ata ou regimento, porque isso por si só não transforma em política de estado, que vai além do gestor e da política de governo. O que vai garantir a política de estado ou não, é se a idéia é forte o suficiente para sobreviver a muitas idas e vindas, e o otimismo do Dr. Elias Jorge está ligado ao fato de que a idéia é forte e boa, e as “boas idéias não morrem, elas desmaiam”, de vez em quando. Para que a idéia sobreviva, há necessidade de que o grupo tome alguns cuidados, assim o Dr. Elias Jorge concorda com a proposta do Dr. Paulo Rocha com relação à criação da secretaria executiva para o Comitê Gestor de Estatísticas Sociais, e que essa secretaria fique vinculada ao IBGE. O Dr. Elias Jorge concorda com o Márcio Andrade com relação aos cuidados a serem tomados para a alta rotatividade dos membros do Comitê e citou o caso de MS, aonde o Dr. Ricardo Vidal, que é do quadro permanente e é gestor do ministério, é o representante titular e ele, o Dr. Elias Jorge, que é transitório, é suplente no Comitê Gestor, sendo que o Ricardo Vidal é o representante suplente no Grupo Executivo. Acredita o Dr. Elias Jorge que é fundamental se ter burocratas estáveis, como membros do Comitê Gestor e do Grupo Executivo. Se o titular é transitório, o suplente deve ser estável e vice-versa. O Dr. Elias informou que está menos preocupado com o regimento interno, com as atas, e sim com o escaninho que seria a secretaria executiva, que pudesse estar mantendo uma interlocução permanente, com certo grau de exclusividade. O Dr. Elias Jorge sugeriu, caso seja feita as correções na portaria, que já figurasse a figura da secretaria executiva do Comitê, e a que órgão ela ficaria vinculada. Acredita que o fato de se fazer a ata ou resumo executivo das reuniões, o que é usual que seja feito, não será uma garantia de cumprimento, pois o próximo Ministro, por exemplo da Saúde, pode não querer continuar financiando este Comitê. Mas acha que há necessidade de se formalizar a institucionalização logo, porque já ocorreram mudanças até a criação da Portaria de nomeações, e outras estão por vir. Sugeriu que a próxima reunião seja um seminário do estado das artes das estatísticas sociais do país, com duração de dois dias e depois no 3º dia, uma reunião do Comitê Gestor, para que se possa articular as demandas; mas isso só será possível se já existir a figura da secretaria executiva, para que ela possa coordenar este processo. O Dr. Paulo Rocha entrevistado falando que o MEC ajuda a financiar este Seminário. O Dr. Elias Jorge acrescentou que o financiamento já está garantido, portanto só falta a concordância do grupo. Com a palavra, o Dr. Ricardo Vidal colocou que a capacidade do Comitê vem dos primeiros momentos de vida e que o ideal seria talvez colocarmos objetivos de curto prazo. Apesar de a figura central da portaria estar baseada nas estruturas dos ministérios, há uma movimentação das pessoas, e como são elas que detêm o conhecimento, principalmente o informal, o mesmo vai se perdendo no caminho. O Dr. Ricardo Vidal acha que um grande evento como o seminário, é interessante, mas as pessoas já tem as demandas e basta apresentá-las, o que já vai gerar um resultado para o Comitê. Por isso, acredita que não se deve abandonar a idéia das demandas já existentes e que a idéia da página na internet já pode adiantar bastante o potencial de interação entre os dados e isso ser algo que gere resultado para o próximo ano, resultado nos primeiros anos de vida é essencial para o Comitê, pois motiva os participantes. E mesmo numa mudança futura de governo, haverá registro para se apresentar, na construção de políticas, até mesmo porque vem uma campanha e é um material excelente para ser divulgado. O Dr. Martim tomou a palavra e acrescentou que concorda com o Dr. Elias Jorge,

realmente se for uma boa idéia, se for uma demanda de estado, como por exemplo a conta satélite, pode ocorrer uma mudança de governo ou mesmo de integrantes deste Comitê, que esta demanda sempre vai existir, pois até mesmo o Ministério do Planejamento quer ter um conhecimento melhor da saúde. Acredita que é importante identificar esse tipo de demanda, porque em algum momento ela pode “desmaiar”, mas depois ressurgir, com um ano de governo, como ocorreu em sua área que existe uma demanda pelo índice de preço ao produtor, calculada pelo IBGE, e que está sendo desenvolvida há mais de cinco anos, portanto devido à demora de se alocar recurso no orçamento, o que não é do dia para noite, é importante que haja uma continuidade na demanda. O Dr. Martim concorda também com a criação da secretaria executiva, e que tenha uma certa estabilidade, porque, por exemplo, a Assessoria Econômica do MPOG é pequena e tem uma alta rotatividade no cargo de Secretário, cujo prazo médio da duração é de um ano e dois meses, e também é muito enxuta, contando com apenas doze técnicos, e pode acontecer o mesmo que aconteceu com a Secretaria de Política Econômica do MF, que com a mudança do secretário, todo o pessoal do quadro mudou. Então a secretaria executiva tem que estar vinculada a um órgão que tenha um grande número de servidores, pois ela vai demandar um mínimo três ou quatro servidores, dependendo da evolução do trabalho. Com a palavra, a Dra. Diana Sawyer acha que no seminário, há necessidade de se ir além do que se conseguiria ao visitar os sites dos ministérios; poderia ser um seminário voltado para a estrutura das bases de dados, e não sobre a base de dados em si, e explorar a possibilidade de integração entre as bases; a não ser que os ministérios tenham uma base de dados que não esteja disponível no site. A maioria deles se pode fazer download, e se não estiver disponível, deve ser apresentado. Concluindo, a Dra. Diana Sawyer acha que o seminário poderá ser mais voltado para um objetivo de integração das bases de dados. A palavra foi passada ao Dr. Luiz Otávio, que deu ciência que os nomes do MDS também não correspondem ao que está no aviso do ministro, portanto as correções terão que ser feitas. E passou a fazer algumas observações: apóia a idéia de que a secretaria executiva fique com o IBGE, de que há necessidade de que a gestão de relação entre o IBGE e os membros seja feita de forma mais organizada, e de que haja uma gestão de relação entre os próprios ministérios, no que se refere a produção de estatísticas, aos registros administrativos, etc. Acredita que é inegável a centralidade do IBGE dentro do Comitê, até pela centralidade que o mesmo tem no Sistema Nacional de Estatísticas. Acha que não se pode perder de vista, que essa centralidade tem que ser mantida, ainda que haja uma grande dimensão de trocas e de colaborações entre os ministérios. Acrescentou que o IBGE vive um momento bastante específico, de muitas mudanças, pois o projeto do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares é um mega projeto. Acrescentou que o Comitê de Estatísticas Sociais é um fórum bastante amplo, com a participação de muitos ministérios, mas que pelas características dele, tende a ser mais enxuto. Acredita, também que este Comitê vai se legitimar não pela documentação, mas pelo seu funcionamento, como o Dr. Elias Jorge já colocou. Sugeriu, que além dos Ministério do Trabalho e da Previdência Social, os quais já foram citados, fosse incluído, também, como parceiro, o Ministério das Cidades, que não é um grande produtor de dados, mas seguramente é um usuário importantíssimo. O Dr. Luiz Otávio, como membro do Grupo Executivo, acredita que o grupo vai precisar de diretrizes bem objetivas advindas do Comitê Gestor, e que o que vai garantir a sua sustentabilidade no tempo e a sua legitimidade, será o modo de se trabalhar em cima de um plano de trabalho, também bastante objetivo, e que o grupo mostre os avanços que estão sendo obtidos dentro do comitê, dentro do próprio governo. E finalizando, este comitê tem outra relevância, que pensando o Sistema Nacional de Estatísticas e pensando as mudanças em curso, que o grupo perceba a necessidade de se assegurar um orçamento estável e suficiente ao IBGE. Todos os membros sabem que a implantação desse novo modelo, a partir de 2011, principalmente no momento inicial é oneroso, porque tem que se manter o modelo anterior e o novo modelo paralelamente. Assim sempre que pudermos nos manifestar como governo, como diversos ministérios, temos que assegurar recurso suficiente para o Sistema Nacional de Estatísticas. O Comitê deve ser olhado como um espaço que apóie, de certa forma, o IBGE, mas apóie o Sistema Nacional de Estatísticas como um todo. Com a

palavra, o Dr. Paulo Rocha concordou com alguns comentários que foram feitos e discordou de outros. Em 1º lugar, apesar de sua ênfase ter sido pelo aspecto do regimento, ela pretendia ser no aspecto do planejamento das atividades do Comitê, mas com certeza, se a formalização não é por si suficiente, ele é condição necessária. É importante se ter em mente que só vontade política ou uma boa idéia não faz com que uma boa vontade de um grupo, aconteça. O Dr. Paulo Rocha citou o exemplo do SIAFI século XXI, que não saiu do papel até hoje, e que se pretendia que estivesse funcionando no começo da 1ª década deste século, e até hoje temos o SIAFI que foi feito nos anos 80, que é o 1º SIAFI e é o que funciona até hoje. Também comentou que a integração de estruturas no governo, visando gestão do ciclo de utilização de serviços públicos, como SIGPLAN, SIDOR, SIAFI, SIAPE, SIORG E SIASG, também é uma discussão que vem desde o governo do Fernando Henrique Cardoso, e não foi feito e o Governo não dispõe destes instrumentos funcionando, até hoje. Todas são boas idéias, muita gente se mobilizou, todo mundo está querendo, mas infelizmente não saiu; portanto, há necessidade de que o grupo se preocupe. O Dr. Paulo sugeriu, antes mesmo do seminário, uma reunião extraordinária para discutir qual será o plano de trabalho, qual a pretensão do grupo, dentro da gestão de relação entre os ministérios, qual a estratégia a ser seguida, dentro da qual alguma institucionalização precisa ser feita. Muitos aspectos foram comentados, mas não foram amadurecidos, além da questão da gestão do sistema e da criação da secretaria executiva, onde há um consenso, a questão do sítio também foi comentada, a questão da disponibilização de metadados e das estruturas de banco, documentadas e disponibilizadas na internet, não só para este grupo, mas para toda a sociedade que deseje conhecê-los, a atualização da Portaria Interministerial e uma questão que ficou no ar, mas o Dr. Paulo Rocha deseja concretizar enquanto proposta, que é a da legislação para regulamentar a relação entre os diversos órgãos do governo, garantindo a transparência, a comunicabilidade de dados e do governo para com a sociedade. Então estes são elementos importantes para a construção das diretrizes gerais e do programa de trabalho a ser desenvolvido pelo Grupo Executivo e para isso há necessidade de pelo menos duas reuniões ordinárias, no mínimo, por ano, para o Grupo Gestor, com eventuais reuniões extraordinárias. O Dr. Paulo Rocha acha importante fazer acontecer e que os membros do grupo precisam mostrar a si mesmos a importância de suas presenças, de suas dedicações em relação às atividades, então, nesse sentido, acha que este conjunto de propostas já poderiam ser trazidas e documentadas antes da próxima reunião, a ser agendada ainda antes do término desta primeira reunião, com perspectiva para que os membros possam fazer propostas de encaminhamento e elaborar pelo menos um esboço desse plano de trabalho, de forma a definir melhor o que vai ser discutido no seminário. Mais do que mostrar o que está na internet, deve-se discutir profundamente quais são os metadados, o que exige um esforço interno para isso, existem ou não organizados a documentação de dados, a possibilidade de disponibilização dos metadados, se existem ou não as resistências internas para a disponibilização, que são evidentes, não querendo discutir teoria de gestão pública ou da cultura do setor público, porque as resistências sempre serão encontradas, em algum momento, em todas as organizações. Sou da opinião de que todos esses consensos precisam estar documentados, até para que entre os membros do Comitê se saiba quais são os acordos tácitos, explícitos, que estão colocados, para que se possa desenvolver o trabalho. O Dr. Paulo Rocha acha que se o grupo ficar só em reuniões de intenções, não haverá avanço concreto na agenda. Com a palavra, o Dr. Roberto Wagner disse compactuar com o que o Dr. Paulo Rocha colocou, com relação aos riscos de se formar comitês, e eles não sobreviverem. O Dr. Roberto Wagner disse ter participado de alguns, que não sobreviveram. O Dr. Eduardo Nunes entrevistou, indagando se ele também participou de comitês que funcionaram. O Dr. Roberto Wagner comentou que participa de um comitê que funciona há três anos. Citou a questão do debate da ação do estado, que tem muito a ver com a permanência dos participantes, que no caso deste comitê, há dois gestores, que mantêm um certo equilíbrio do pessoal de carreira com o pessoal temporário. Sobre a questão do maturamento, este é um tema que tem sido discutido no mundo inteiro, portanto é forte o suficiente para se manter. Concorda que a liderança do IBGE é fundamental, porque é um órgão de estado.

Acredita que o que garante a sustentabilidade de um comitê é a agenda em que os temas são de estado. Como o caso que o colega do planejamento citou, enfim outros indicadores sociais que o Ministério tenha interesse, uma vez que metodologicamente trabalhado, disseminado, independentemente das pessoas que participaram, eles estarão sempre à disposição do usuário. Então, o Dr. Roberto Wagner acredita que a agenda tem que ser uma agenda permanente, não deve se ater em questões pontuais, pois é a agenda permanente que sobrevive, ou melhor, que transcende as pessoas e o governo. Um dos problemas, realmente é a questão de que as pessoas não são permanentes e que nunca aceitaram, de fato, discutir uma agenda permanente, e sim uma agenda de cima de pessoas. Assim ocorre o “faz de conta que estamos aqui”. Outro exemplo, é a discussão da integração dos infláveis do planejamento, outro dia, houve uma apresentação, a qual é a mesma de três anos atrás, e com a mesma pessoa. Outra sugestão que o Dr. Roberto Wagner apresentou é a de o Comitê agregar especialistas, que conheçam profundamente os temas, para que os sistemas sejam integrados, para se chegar ao metadados; o que seria um grande avanço. O Dr. Roberto Wagner, com relação à legislação, pontuou a questão da França; lá ocorrem trocas de dados entre quaisquer ministérios, e tem uma legislação rigorosa, em cima do controle dessa informação; lá você tem que pedir autorização para troca de informação, mas a legislação existe, portanto a troca acontece. A troca de informações entre os ministérios depende muito de boa vontade da pessoa que está no cargo, se existe um relacionamento informal, até que se obtém sucesso. Acho que para uma primeira agenda permanente, há muita material no Congresso, e este comitê pode ser um grande catalisador, e a questão da legislação é uma questão chave no país. Com a palavra, a Dra. Wasmália agradeceu todas as intervenções, a do Dr. Paulo Rocha, porque chamou para a questão de natureza mais administrativa, que é fundamental para o funcionamento do Comitê. Após, passou a comentar como o IBGE pensou essa primeira reunião; inicialmente poderia ter sido feito uma reunião do Comitê Gestor e depois do Grupo Executivo, mas na verdade, ela não sabia se as pessoas lembravam de que a criação deste comitê estava sob a responsabilidade do IBGE, e depois, como ficou formalizado qual seria o objetivo no âmbito do HD-TAL, ficou formalizado qual seria o objetivo deste comitê, assim ocorreu uma preocupação no sentido de que como isso seria interpretado, porque o objetivo que foi inicialmente definido, está assim: “tem por objetivo monitorar e avaliar as demandas de informações estatísticas sociais, conforme previsto no projeto de assistência técnica no programa...” O IBGE conhece as demandas, mas não queria escutar um monte de demandas desarticuladas. Depois, essa preocupação se verificou como tola, porque na verdade o objetivo mais amplo, já estava na cabeça de todos os membros presentes, até porque todos lidam com informação e lidam muito com o IBGE e já tem estas questões muito amadurecidas; então só isso já valeu a pena a reunião, e já houve definição de alguns objetivos, que muitos grupos, em geral, demoram muito tempo, para definir objetivos a partir do plano de trabalho. Então se verificou a necessidade de uniformizar o conhecimento, além do que está na página, uniformizar o conhecimento daquilo que está sendo produzido, daquilo que tem perspectiva de ser produzido, conhecimento das bases de dados, normatizar essas trocas, construir o que o se chama de mosaico temático do SIPD. A Dra. Wasmália acrescentou que será inevitável que o IBGE fique com a secretaria executiva; que a página na internet é absolutamente importante e que os produtos que o Comitê venha a gerar, a partir do plano de trabalho, que será construído, tenha a visibilidade, mas no começo será bem devagarzinho, pois o que temos até agora é uma ata de reunião e as portarias de criação e a de nomeação, que está com algumas incorreções, então sugere que se dê visibilidade a partir do plano de trabalho. Confirmou que a página do IBGE poderá hospedar o sítio do Comitê, e hospedar inclusive de forma de comunicação e troca de documentação ágil entre os próprios membros do grupo. Pode-se criar um fórum específico de comunicação entre os grupos e parte deste fórum ter visibilidade na internet. A Dra. Wasmália acha que a próxima reunião deve ser do Comitê Gestor, e que esta primeira reunião já deu algumas bases. Pode-se começar pelo estado das artes, do que vem pela frente, dos projetos de informações que todos os membros já estão envolvidos, da documentação das bases de dados, de forma que elas sejam

documentadas e sejam colocadas à disposição, o IBGE poderá integrar isso, e poderá apresentar o projeto de metadados, porque já é um projeto construído e ninguém mais precisa ficar gastando recursos, e o grupo poderá fazer um com o mesmo padrão. Concluindo, a Dra. Wasmália propôs uma reunião para o início do próximo semestre, para que se possa definir o plano de trabalho. Esclareceu que a portaria está toda baseada na estrutura dos órgãos e não nas pessoas, e isto é justamente para que se tenha continuidade e a continuidade só poderá acontecer com o envolvimento de todas as áreas, e é óbvio que a documentação é importante, para que se possa fazer as transições mais rápidas, e de que as pessoas se integrem ao grupo mais agilmente. O Dr. Paulo Rocha entrevistou, sugerindo que se autorize que cada ministério faça as suas atualizações de nomeações de membros, o que não se sabe se será aceito pelas áreas jurídicas, porque uma portaria interministerial é mais demorada, o que leva o Comitê a estar sempre desatualizado. A Dra. Wasmália concordou em avaliar essa proposta. O Dr. Paulo Rocha entrevistou novamente, colocando que no próprio texto da primeira portaria que atualizar as nomeações, poderá estar essa autorização. O Dr. Ricardo Vidal sugeriu que o Comitê Gestor deve ser mais enxuto, porque é quem toma as decisões e fica mais difícil reunir muita gente. Tomando a palavra, a Dra. Wasmália disse imaginar que a ampliação para o Ministério do Trabalho e para a Previdência seja uma discussão para o próprio Comitê Gestor, porque tem todo um histórico da criação deste Comitê, e que se tem como justificar a exclusão. Quanto à proposta de ter duas reuniões ordinárias anuais, acho que já pode se decidir sobre isso e fazer parte do plano do trabalho, assim sugeriu uma reunião para o Comitê Gestor para março, pois nos meses de janeiro e fevereiro, as pessoas se alternam nos períodos de férias. Pode-se também fazer um *mail list*, para que sejam feitas sugestões para esta primeira reunião, e que se organize o seminário da base de dados, em partes, com o IBGE apresentando o projeto de metadados e a sua plataforma, qual é a sua forma. A Dra. Wasmália informou que o projeto de metadados está na intranet do IBGE, e que em algum momento, ele estará na internet. E em uma reunião, ao final do seminário, pode-se decidir qual a base de dados que o grupo quer que fique documentado, o que ficaria como atribuição para um grupo específico. Com a palavra, a Dra. Diana Sawyer acha que realmente a base de dados tem tantas variáveis, e que a idéia não é bem essa, que o objetivo do seminário possa permitir a integração das bases. Se for esse o objetivo, quem será convidado para participar do seminário? A Dra. Diana estava pensando nos especialistas de linkagem de dados, pois todos os órgãos participantes desse grupo já tem um pessoal da base do tratamento das informações; assim ela pensava em um seminário mais voltado para essas pessoas e não em base de dados e metadados. Intervindo, a Dra. Wasmália acha que se pode pensar numa apresentação dentro do que cada um tem e que essa população faça parte do seminário, e no dia seguinte, esses especialistas sentem, para estudarem a integração. O Dr. Elias Jorge entrevistou, dizendo que esta parte é de operacionalização, portanto do grupo executivo. Com a palavra o Dr. Eduardo explicou que isso é um trabalho técnico, e que depois há necessidade de se trazer o relatório, para o Comitê Gestor, do que foi o seminário, da discussão. Pode ser várias reuniões para entender a estrutura de dados de cada uma das instituições, com grupo criado no âmbito desse Grupo Executivo, pode até se subdividir em áreas, tendo em vista a especialidade do tema estudado, pode-se fazer diversos trabalhos de modo simultâneo, dentro de determinado prazo, cada grupo estuda e traz as suas conclusões, e se verifica o que há de comum, o que não há de comum, quais são as lacunas e apresenta ao Comitê Gestor relatório de suas avaliações. Senão o grupo corre risco de ficar 2 ou 3 dias discutindo temas que acabam dispersando, então o grupo tem que ser executivo nessa organização e criando grupos que possam levar adiante o que se está precisando. Nas reuniões do Comitê Gestor, as demandas tem que estar claras, porque demandas para quem tiver que atendê-las, implicarão em recursos, prazo, compromisso e prioridade. Esse grupo é que vai estabelecer a capacidade ou não das demandas, como elas serão apresentadas, com base nos relatórios técnicos, nesses estudos que poderão ser feitos de forma preparatória para a reunião do próprio Comitê. Agora no começo é que é mais difícil. A primeira reunião tem que ser feita antes de todo esse trabalho ser preparado, principalmente se for marcado para março, porque se o critério de março,

é exatamente porque janeiro e fevereiro é mais vazio, do ponto de vista de presença, então estes grupos de trabalho, para preparar todo este material, não terão tanto tempo assim. A Dra. Wasmália entrevistou dizendo que estava imaginando a reunião de março para definir o plano de trabalho para o futuro. Com a palavra, o Dr. Elias Jorge disse ter feito a proposta de que logo que tivesse o seminário, tivesse a reunião do Comitê Gestor, para se definir os parâmetros. E que agora, ele está tendendo a concordar com a idéia de que o grupo terá que construir uma reunião de planejamento para março, e que nesta reunião se defina a data do seminário, que é outro ritmo e natureza. O Dr. Elias Jorge apresentou uma dúvida, pois, no seu entendimento, a secretaria executiva vai estar no Rio de Janeiro, e o pessoal do IBGE, possivelmente terá que se deslocar para Brasília. Com uma intervenção, o Dr. Eduardo Nunes informou que o IBGE participa de outros comitês e em alguns deles até preside o comitê ou secretaria o próprio comitê, e o grupo sempre se desloca para Brasília, porque é a maneira mais eficaz de garantir a presença dos representantes. O Dr. Elias Jorge respondeu que o paradoxo dele foi resolvido. A Dra. Wasmália disse que o IBGE está muito satisfeito com a reunião, e que o Dr. Paulo Rocha levantou algumas questões que o grupo precisará abordar para que seja absolutamente concreto. Terminou-se essa reunião com objetivos mais amplos e que as visões das pessoas do grupo são semelhantes. Assim, a Dra. Wasmália propõe reunião para o início de março, disse que o IBGE designará a secretaria executiva, que ela acha melhor chamar de secretaria administrativa, os ajustes nas portarias também serão providenciados, já com a indicação de quem fará este papel de secretaria administrativa dentro do IBGE. O Dr. Eduardo Nunes lembrou que tudo o que foi discutido, foi gravado e que a ata será enviada a todos. A Dra. Wasmália esclareceu que o IBGE tem uma unidade em cada unidade da federação, e que a unidade de Brasília poderá prestar suporte. Finalizando, a Dra. Wasmália agradeceu a presença de todos e perguntou se alguém teria mais alguma coisa a dizer. O Dr. Elias Jorge, em nome da área de economia da saúde e desenvolvimento, desejou a todos uma longa vida entre os membros do grupo. Solicitando a palavra, a Dra. Rosane Mendonça esclareceu que está há duas semanas na secretaria executiva do Ministério da Saúde, mas que já tem 8 anos de ministério. É servidora estadual do estado de Alagoas, e está cedida há 8 anos. É psicóloga, mas atua na área de informação da saúde há vinte anos, e atualmente está na área de controle e avaliação e também auditoria no SUS e coordenou, por quatro anos a área de informação e saúde. Disse concordar com a questão dos efetivos e transitórios, para que haja continuidade no próximo trabalho do comitê. Desejou um feliz natal a todos e um ano novo de muitas realizações e espera que este comitê dê certo, porque entre tantos comitês interministeriais e internos, que o Ministério da Saúde tem, alguns tem sucesso e outros não, mas é pelo próprio objeto de trabalho e pelo fortalecimento, e da importância e prioridade que se dá a cada comitê constituído. Nada mais havendo a tratar, a Dra. Wasmália Bivar declarou encerrada a Sessão, lavrando-se a presente Ata para os devidos fins.

Brasília, 16 de dezembro de 2008 .

Eduardo Pereira Nunes
Presidente do IBGE

Wasmália Socorro Barata Bivar
Representante Titular do IBGE no Comitê Gestor

Márcia Maria Melo Quintal
Representante Titular do IBGE no Grupo Executivo

Elizabeth Belo Hypolito
Representante Suplente do IBGE no Grupo Executivo

Ricardo Vidal de Abreu
Representante Titular do MS no Comitê Gestor e
Representante Suplente do MS no Grupo Executivo

Elias Antônio Jorge
Representante Suplente no MS no Grupo Gestor

Rosane de Mendonça Gomes
Representante Titular do MS no Grupo Executivo

Márcio Andrade Monteiro
Representante Titular do MDS no Grupo Executivo

Adriana Mara Guedes Barbosa
Representante Suplente do MDS no Grupo Executivo

Diana Reiko Tutiya Oya Sawyer
Representante Titular do MDS no Comitê Gestor

Roberto Wagner da Silva Rodrigues
Representante Titular do MDS no Comitê Gestor

Luiz Otávio de Farias
Representante Titular do MDS no Grupo Executivo

Fátima Valéria Souza
Representante Suplente do MDS no Grupo Executivo

Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha
Representante Titular do MEC no Comitê Gestor

Leo Kessel
Representante Suplente do MEC no Comitê Gestor

Ricardo José Grossi Fabrino
Representante Titular do MEC no Grupo Executivo

Carlos Eduardo Moreno Sampaio
Representante Titular do INEP no Grupo Executivo

Herton Ellery Araújo
Representante do IPEA no Grupo Executivo